

TER ou NÃO TER FILHOS: RAZÕES DA DECISÃO

Maria João Valente Rosa¹

Isabel Tiago de Oliveira²

RESUMO

Muito se tem dito e escrito sobre a natalidade e a fecundidade em Portugal, um tema sempre presente desde que o país, no quadro europeu, perdeu o já raro traço de ter descendências numerosas e passou a ser, como os restantes no quadro da União Europeia, um país de descendências reduzidas.

Na complexa equação sobre a decisão de parentalidade, os contextos em que se nasce e vive podem ser mais ou menos potenciadores da intenção de ter filhos, influenciando as mulheres e os homens nas suas decisões de ter ou não ter filhos. Contudo, essas decisões, que começam por ser um assunto do foro privado e individual, da livre escolha dos casais, não são unicamente reflexo do meio ou das circunstâncias concretas vividas, embora estas possam atenuar ou enfatizar tais desejos e implicar com os momentos de se ter um filho. Existem outras dimensões a considerar, como a vontade de ter ou de não ter filhos, motivo que se destacou no Inquérito à Fecundidade de 2019 (IFEC 2019).

Inspirado nos resultados do IFEC 2019, o presente artigo incide sobre a importância desta dimensão – a vontade – nas opções de parentalidade, reflexão que integra duas partes essenciais: uma primeira, em que se discute o argumento da vontade, interrogando os sentidos dessa razão; e, uma segunda, que procede à análise da importância dos factores “vontade” e “constrangimentos socioeconómicos” nas decisões de parentalidade.

Palavras-chave:
fecundidade;
natalidade;
parentalidade;
nascimentos; vontade
de ter ou não ter filhos;
“constrangimentos
socioeconómicos”;
Inquérito à
Fecundidade; IFEC.

As análises,
opiniões e
conclusões aqui
expressas são
da exclusiva
responsabilidade
das autoras e
não refletem
necessariamente a
posição do INE.

¹ Professora da Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH/UNL); Investigadora integrada do Centro de Investigação Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI) da Universidade Nova de Lisboa. ORCID: 0000-0002-9034-0943. Email: mjvr@fsh.unl.pt

² Professora do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL); Investigadora integrada do Centro de Estudos e Investigação em Sociologia (CIES-IUL). ORCID: 0000-0002-9350-4130. Email: isabel.oliveira@iscte-iul.pt

1. INTRODUÇÃO³

Muito se tem dito e escrito sobre a natalidade e a fecundidade em Portugal, um tema sempre presente desde que o país, no quadro europeu, perdeu o já raro traço de ter descendências numerosas e passou a ser, como os restantes no quadro da União Europeia (UE), um país de descendências reduzidas.

O ano de 1982 marcou, de certo modo, uma viragem em Portugal. Foi o último ano a registar mais de 150 mil nascimentos. Foi, também, o primeiro ano a revelar um Índice Sintético de Fecundidade (ISF) inferior a 2,1 filhos por mulher, deixando de estar assegurada a substituição de gerações⁴. Quase quatro décadas passadas, Portugal observa, hoje, um número de nascimentos e um ISF ainda menores do que no início da década de oitenta: o número de nascimentos é inferior a 90 mil/ano e o ISF não chega a 1,5 filhos por mulher.

A compreensão dos baixos níveis de natalidade pode ser, em parte, explicada pelo efeito da estrutura etária.

Sabemos que a fase fértil da mulher é limitada – estatisticamente compreendida entre os 15 e os 49 anos – e que, nesse período, existem idades mais férteis do que outras – as mais férteis normalmente situadas entre os 20 e os 29 anos. Ora, de 1982 para 2019, o número de mulheres dos 15 aos 49 anos diminuiu – passou de 2.408,8 mil para 2.282,2 mil –, a percentagem de mulheres nas idades menos férteis aumentou – entre os 40 e os 49 anos, passou de 24,8% para 36,2% – e a percentagem de mulheres nas idades mais férteis diminuiu – entre os 20 e os 29 anos, passou de 31,1% para 23,8%. Assim, a retracção do número de mulheres em idade de procriar e nas idades em que a capacidade biológica para se ter filhos é maior, pode servir como parte da explicação para o decréscimo e o baixo número de nascimentos observados na actualidade.

A outra razão para a baixa natalidade são os baixos níveis de fecundidade e o seu padrão tardio: menor número de filhos por mulher (*quantum*) e adiamento do projecto de ter filhos (*tempo*)⁵.

Os contextos em que se nasce e vive podem ser mais ou menos potenciadores da intenção de ter filhos, influenciando as decisões finais das mulheres e dos homens. Por isso, os níveis e os padrões de fecundidade variam em função das épocas históricas e das re-

³ Artigo escrito de acordo com a antiga ortografia.

⁴ O valor do Índice Sintético de Fecundidade (ISF) de 2,1 filhos por mulher é considerado como o valor mínimo que garante a substituição das gerações nos países desenvolvidos, ou seja, para que cada mulher seja 'substituída' por uma futura mãe.

⁵ A transição tardia para a parentalidade leva a que no caso das mulheres a probabilidade de se transitar para o segundo ou mais filhos diminua, devido ao limite etário do período fértil e à menor fertilidade nas idades superiores.

giões, não sendo explicados por uma única razão ou dimensão social. A fecundidade (*tempo e quantum*) é, por isso, um fenómeno social total.

Os baixos níveis de fecundidade e a tardia concretização do projecto de parentalidade não aconteceram por acaso. Mergulham raízes no desenvolvimento social, acompanhando designadamente: o avanço dos métodos contraceptivos, o aumento da instrução da população (e, muito em especial, das mulheres), a maior participação das mulheres no mercado de trabalho, a redução da mortalidade infantil, a alteração do valor da criança, a urbanização e o menor controle social.

Actualmente, o panorama da União Europeia e nacional é de baixos níveis de fecundidade e de maternidade tardia. Com valores de ISF menores do que 2,1 filhos por mulher, nenhum país tem assegurada a substituição de gerações e a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho é já superior a 26 anos em todos os países da UE (Eurostat).

Várias são as hipóteses e teorias que tentam dar sentido a este actual panorama, enfatizando a dimensão microeconómica, a igualdade de género, a conciliação de tempos família-trabalho, as redes e interações sociais, entre outras (Hiilamo, 2019; Sobotka et al., 2019). As análises também têm enfatizado, em momentos particulares da História, o impacto de certas circunstâncias nos níveis e tempos de fecundidade. Foi o caso da recente crise financeira. Nesse período, vários países chegaram a valores de ISF particularmente baixos, como foi o caso de Portugal que, entre 2012 e 2014, apresentou um ISF menor do que 1,3 filhos, nível considerado extremo e designado por *lowest-low fertility* (Kohler et al, 2002). Contudo, ultrapassados os efeitos dessa crise financeira, embora os valores de ISF tivessem aumentado ligeiramente, tal como aconteceu em Portugal, os níveis de fecundidade permaneceram inferiores ao limiar de 2,1 filhos por mulher, pelo que se concluiu que os baixos níveis de fecundidade observados nesse período não eram transitórios ou circunstanciais (Vignoli et al, 2020).

As decisões sobre ter ou não filhos, que começam por ser um assunto do foro privado e individual, da livre escolha dos casais, não são unicamente reflexo do meio ou das circunstâncias concretas vividas, embora estas possam atenuar ou enfatizar tais desejos e implicar com os momentos de se ter um filho. Da complexa equação sobre a decisão de parentalidade existem outras dimensões a considerar, como a vontade de ter ou de não ter filhos, motivo que se destacou no Inquérito à Fecundidade de 2019 (IFEC 2019).

ANTES DO INÍCIO DA PANDEMIA COVID-19, PERÍODO EM QUE DECORREU O IFEC 2019, O PANORAMA SOCIOECONÓMICO EM PORTUGAL PODIA SER CONSIDERADO RELATIVAMENTE SATISFATÓRIO

Inspirado nos resultados do IFEC 2019, o presente artigo incide sobre a importância desta dimensão – a vontade – nas opções de parentalidade, reflexão que integra duas partes essenciais: uma primeira, em que se discute o argumento da vontade, interrogando os sentidos dessa razão; e, uma segunda, que procede à análise da importância das dimensões “vontade” e “constrangimentos socioeconómicos” na decisão de ter ou de não ter filhos.

2. O(S) SENTIDO(S) DA VONTADE DE TER FILHOS

Antes do início da pandemia COVID-19, período em que decorreu o IFEC 2019⁶, o panorama socioeconómico em Portugal podia ser considerado relativamente satisfatório. Por exemplo: os níveis de desemprego eram baixos e o rendimento médio disponível das famílias (a preços constantes), assim como a poupança bruta em percentagem do rendimento disponível, foram superiores aos de anos anteriores. Mesmo assim, os resultados do IFEC 2019 permitiram concluir que o desejo de descendências numerosas não existia para a esmagadora maioria da população.

Segundo o IFEC 2019, o número de filhos biológicos (nascidos com vida) tidos pelas pessoas acrescido do número de filhos que estas pessoas pensam vir a ter no futuro – i.e. a “fecundidade final esperada” – foi de 1,69 filhos (1,75 para as mulheres e 1,65 para os homens). Quanto à “fecundidade desejada” – i.e. o número de filhos biológicos desejados pelas pessoas ao longo da sua vida, independentemente dos que têm e dos que pensam vir a ter, conceito que se afasta da vivência real, sendo independente, portanto, de quaisquer constrangimentos circunstanciais (financeiros, familiares, de trabalho ou outros) – o valor obtido foi de 2,15 filhos (2,19 para as mulheres e 2,12 para os homens).

Num quadro em que os níveis de “fecundidade final esperada” e de “fecundidade desejada” estão longe de uma ambição por descendências que ultrapassem, de forma significativa, a reposição das gerações, faz sentido entender as motivações associadas à decisão de ter ou não ter filhos: ou seja, perceber se a população portuguesa não tem um número elevado de filhos porque não pode ou porque não quer.

A vontade destacou-se como o motivo mais importante para a decisão, tanto de não ter filhos, como de não ter mais filhos. A vontade expressa não significa necessariamente uma opção duradoura para toda a vida, tanto mais por não estar totalmente imune às condições experienciadas em cada momento. Porém, a vontade também não está totalmente aprisionada por circuns-

tâncias concretas de vida, pois no questionário existiam outras possibilidades de resposta para essa decisão de ter ou não filhos, e que foram menos escolhidas pela população, como é o caso de, por exemplo: ‘motivos financeiros’, ‘condições de habitação’, ‘estabilidade/progressão profissional’, ‘conciliação entre a vida profissional e a vida familiar’ ou ‘não ter parceira/o ou não ter parceira/o com o perfil certo’.

2.1 A VONTADE DE NÃO TER FILHOS

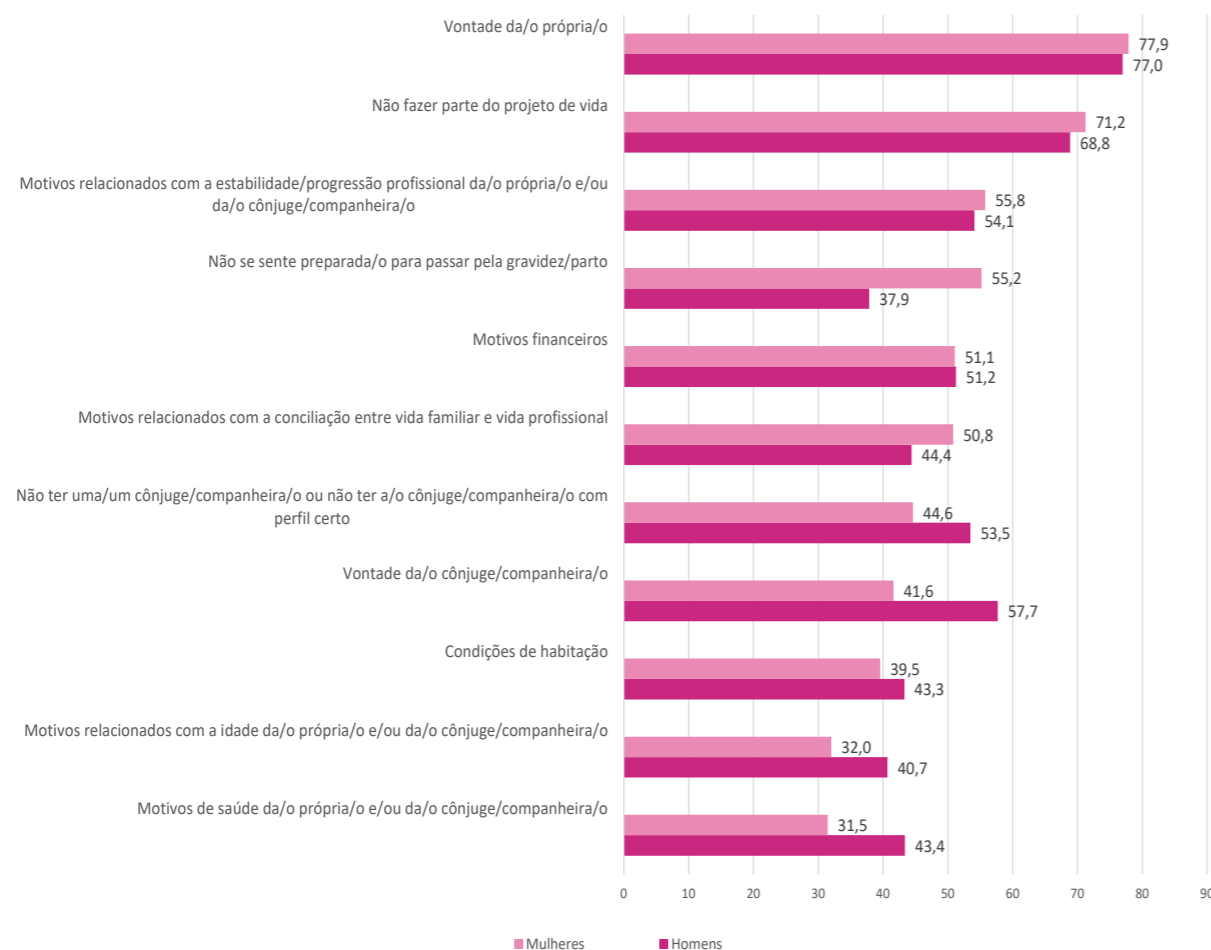
Segundo o IFEC 2019, uma em cada dez pessoas no período fértil (8,4% das mulheres e 11,0% dos homens) declarou não ter filhos nem esperar vir a ter. Estes valores foram ligeiramente superiores aos registados no Inquérito à Fecundidade realizado em 2013 (IFEC 2013), pois a percentagem de pessoas no período fértil que declarou, em 2013, não ter nem esperar vir a ter filhos foi de 8,6% (7,7% das mulheres e 9,4% dos homens).

Embora para uma parte das pessoas no período fértil, a razão de não ter filhos possa ser involuntária (motivada por razões de saúde ou outras), o primeiro motivo destacado como ‘muito importante’ ou ‘importante’ para a decisão de não ter filhos, por quem não os tinha, foi a ‘vontade da/o própria/o’ – 77,9% das mulheres e 77,0% dos homens referiram-no – e o segundo motivo foi ‘não faz parte do projecto de vida’ – referido por 71,2% das mulheres e 68,9% dos homens (Figura 1).

A VONTADE DESTACOU-SE COMO O MOTIVO MAIS IMPORTANTE PARA A DECISÃO, TANTO DE NÃO TER FILHOS, COMO DE NÃO TER MAIS FILHOS

⁶ O período de recolha de dados decorreu entre setembro de 2019 e fevereiro de 2020.

Figura 1. Motivos considerados como 'muito importantes' ou 'importantes' (%) para a decisão de não ter filhos por pessoas sem filhos, mulheres (18-49 anos) e homens (18-54 anos), Portugal, 2019



Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade, 2019.

A decisão de não ter filhos nem pretender tê-los, não é um exclusivo da actualidade ou de Portugal. Aliás, as percentagens de pessoas, no período fértil, que não desejavam ter filhos foram no IFEC 2019 de 7,0% (6,9% das mulheres e 7,1% dos homens), menores que as observadas noutros países europeus, como Espanha, onde segundo o [Inquérito à Fecundidade de 2018](#) realizado nesse país, entre os 18 e os 55 anos, 12,7% das mulheres e 16,0% dos homens não desejavam ter filhos.

São inúmeros os estudos científicos que se têm dedicado ao assunto denominado por *childless* ou *childlessness* definitivo, termos que, aliás, já integram bases de dados estatísticas de organismos internacionais, como por exemplo acontece com a [OCDE](#). Associado a estes, o termo de *childfree* (Gotman, 2017) – entendendo-se que ter um filho ou desejá-lo não é um pressuposto “natural” à situação de se ser mulher ou homem na idade adulta – está também, recentemente, a merecer algum destaque.

Sobre a decisão voluntária de não ter filhos, podem ser múltiplos os motivos apontados para a justificar, uns de carácter mais individual/pessoal, como o não sentir qualquer empatia com o facto de se ser mãe ou pai, e outros de carácter mais colectivo/social, os quais, embora comecem a ser enunciados, ainda se encontram pouco estudados do ponto de vista científico. É o caso, por exemplo, de medos em relação ao futuro, como o de um “apocalipse climático” (Schneider-Mayerson e Leong, 2020) ou de a “insustentabilidade planetária” resultante da sobrepopulação mundial, preocupações que não são, aliás, recentes⁷. Outro tipo de medos em relação ao futuro, que não as questões ambientais ou de sustentabilidade do planeta, são ainda considerados, nomeadamente os associados a incertezas económicas ou ao agravamento da pressão financeira sobre as gerações vindouras.

Mas, para além do medo em relação ao futuro, a vontade de não ter filhos também pode derivar de outras experiências como: o “contágio social” (Hiilamo, 2019) ou a “pressão social” (Bernardi e Klärner, 2014).

O “contágio social” relaciona-se com a partilha de experiências – entre amigos, familiares, colegas, ou de modo cada vez mais amplo, através das redes sociais – que podem influenciar negativamente o desejo de ter filhos, em especial para as mulheres.

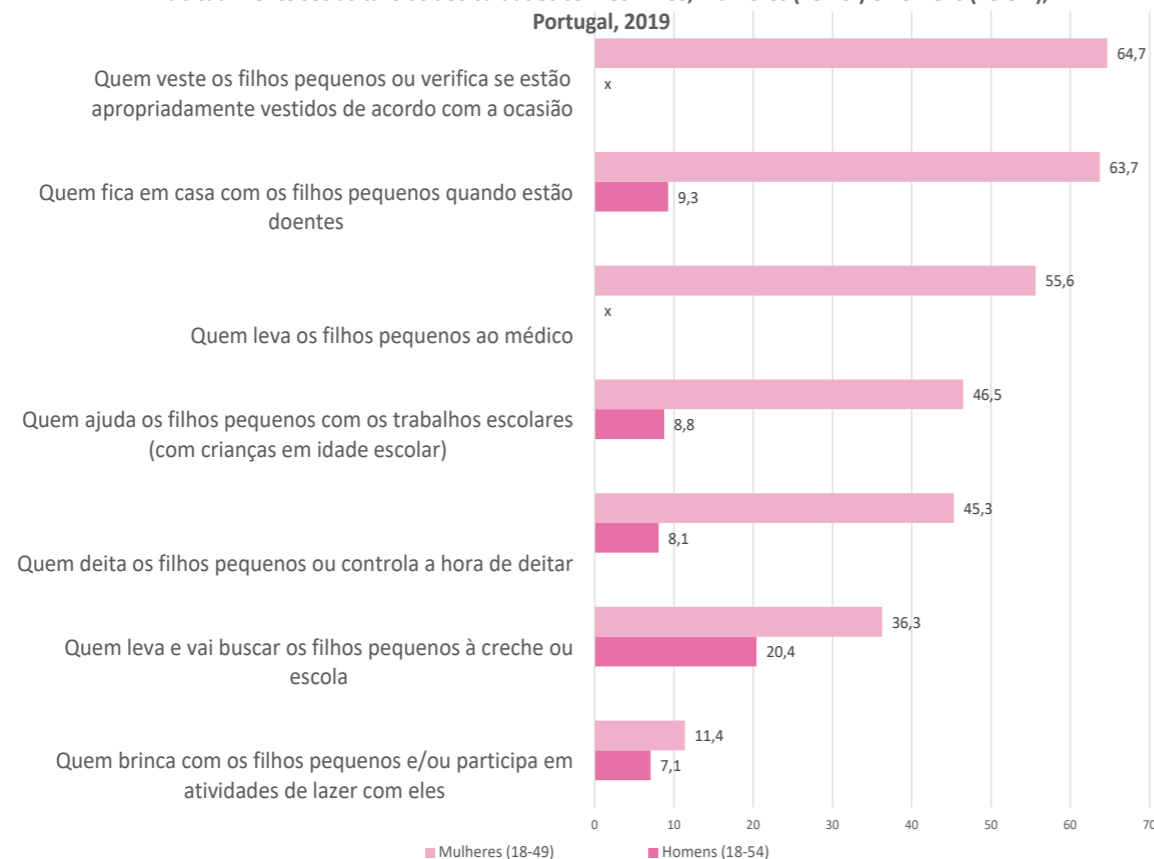
As experiências de maior escassez de tempo para, quem tem filhos, se dedicar a outras realizações ficou, aliás, particularmente evidente nos resultados do IFEC 2019, pelos efeitos pessoais e profissionais particularmente penalizadores quando se é mãe.

Na realidade, a simetria de partilha de responsabilidades parentais entre mãe e pai está longe de ser alcançada em Portugal, normalmente em desfavor da mulher-mãe. De acordo com o IFEC 2019, quem se encarregou dos cuidados essenciais com os filhos pequenos, os quais impactam com outros tempos, nomeadamente com o tempo de trabalho, foram sobretudo elas. Por exemplo, são as mulheres-mães que maioritariamente referiram assumir a responsabilidade exclusiva de importantes tarefas dos cuidados com os filhos como: ‘vestir os filhos pequenos’, ‘ficar em casa quando os filhos estão doentes’, ‘levar os filhos ao médico’ (Figura 2), embora tal desequilíbrio entre papéis de pai e mãe seja menor nas gerações mais jovens.

O “CONTÁGIO SOCIAL” RELACIONA-SE COM A PARTILHA DE EXPERIÊNCIAS – ENTRE AMIGOS, FAMILIARES, COLEGAS, OU DE MODO CADA VEZ MAIS AMPLO, ATRAVÉS DAS REDES SOCIAIS – QUE PODEM INFLUENCIAR NEGATIVAMENTE O DESEJO DE TER FILHOS, EM ESPECIAL PARA AS MULHERES

⁷ Já no início do século XIX, Thomas Malthus alerta para o facto de as populações, quando não controladas, aumentarem muito mais rapidamente que os meios de subsistência, o que deverás ser evitado, propondo como via o controle de nascimentos através do casamento.

Figura 2. Proporção de pessoas (%) a viver com o cônjuge ou companheira/o que referiram realizar habitualmente sós as tarefas dos cuidados com os filhos, mulheres (18-49) e homens (18-54), Portugal, 2019



Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade, 2019.

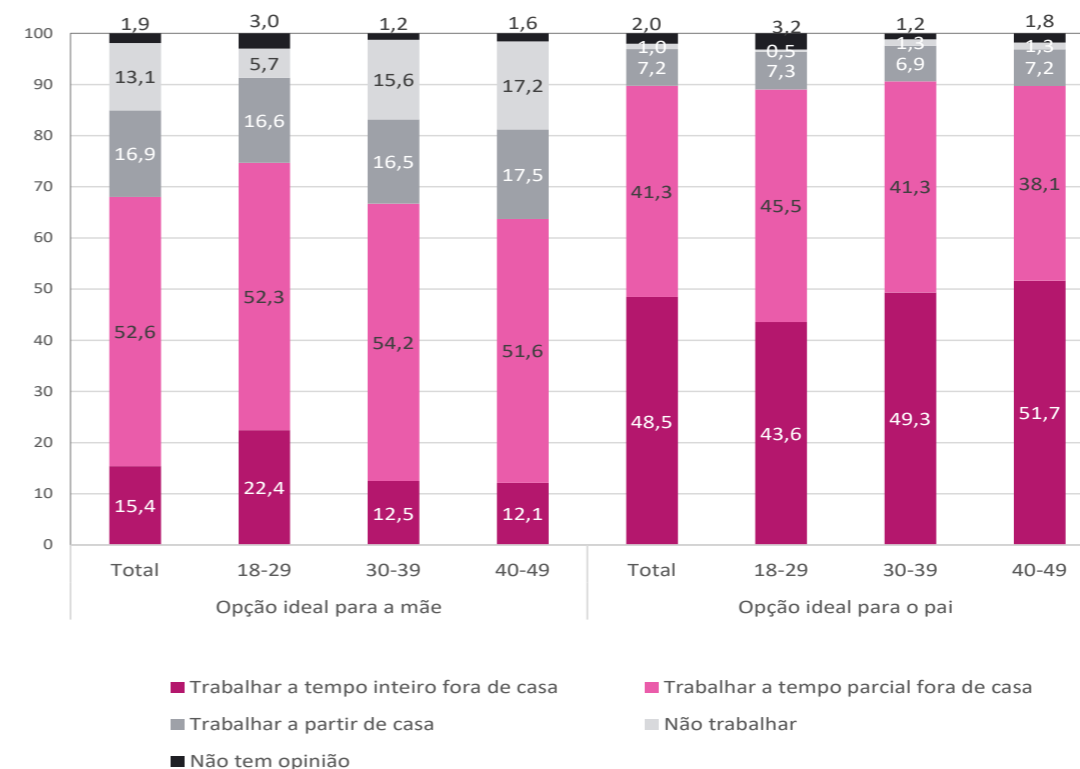
Nota: para algumas tarefas não são referidos valores por terem elevados erros de amostragem (situações assinaladas com X)

NÃO É IGUAL A PERCEPÇÃO SOBRE O MODO COMO A MULHER, QUANDO É MÃE, E O HOMEM, QUANDO É PAI, SE DEVEM RELACIONAR COM O TRABALHO

Quanto à “pressão social”, esta também pode influir sobre a vontade de não ter filhos, em especial para as mulheres em idade fértil, maioritariamente inseridas no mercado de trabalho e com expectativas de realização profissional.

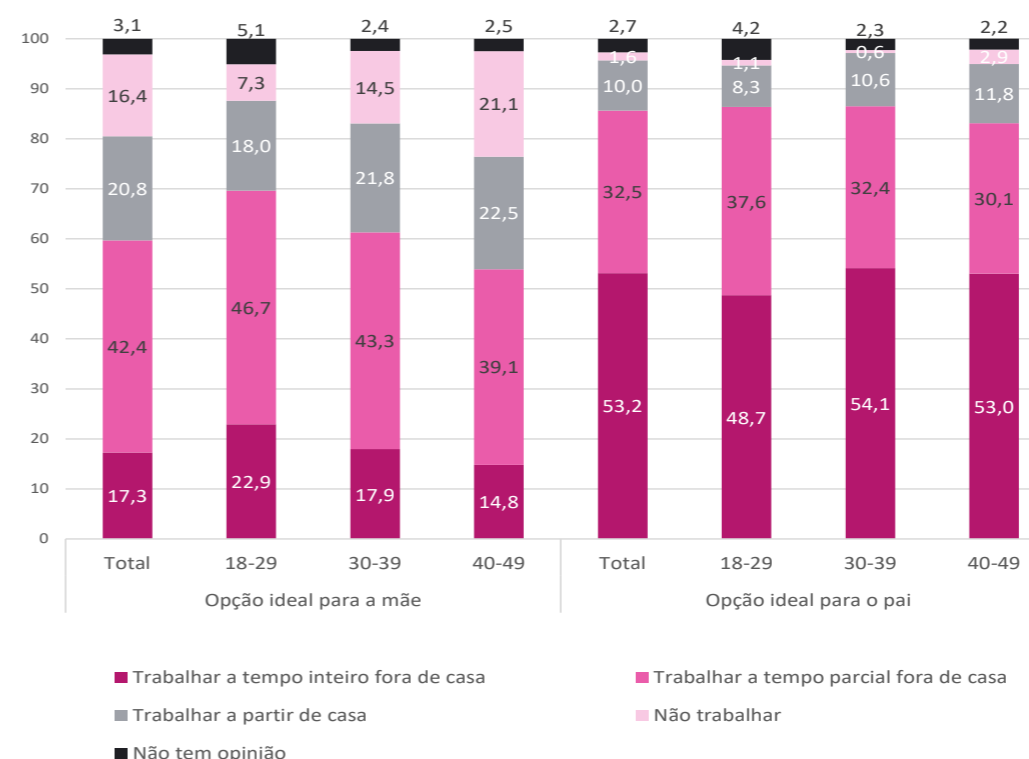
Com efeito, sendo a parentalidade, habitualmente, um projecto a dois, não é igual a percepção sobre o modo como a mulher, quando é mãe, e o homem, quando é pai, se devem relacionar com o trabalho. No caso das mulheres quando são mães, entende-se que estas devem estar mais em casa (mais próximas dos filhos); no caso dos homens quando são pais, entende-se que eles devem estar mais próximos do trabalho. As respostas do IFEC 2019 à pergunta sobre qual é a opção ideal para o pai e para a mãe conciliarem o trabalho com a vida familiar foram, a este respeito, ilustrativas. No caso da mãe, a situação mais referida como ideal (mulheres ou homens) foi a de ‘trabalhar a tempo parcial fora de casa’; no caso do pai a opção mais referida como ideal (mulheres ou homens) foi a de ‘trabalhar a tempo inteiro fora de casa’ (Figuras 3.1 e 3.2).

Figura 3.1. Opção ideal para a mãe e para o pai conciliar o trabalho com a vida familiar, por escalão etário (%), Portugal, 2019 - Mulheres



Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade, 2019.

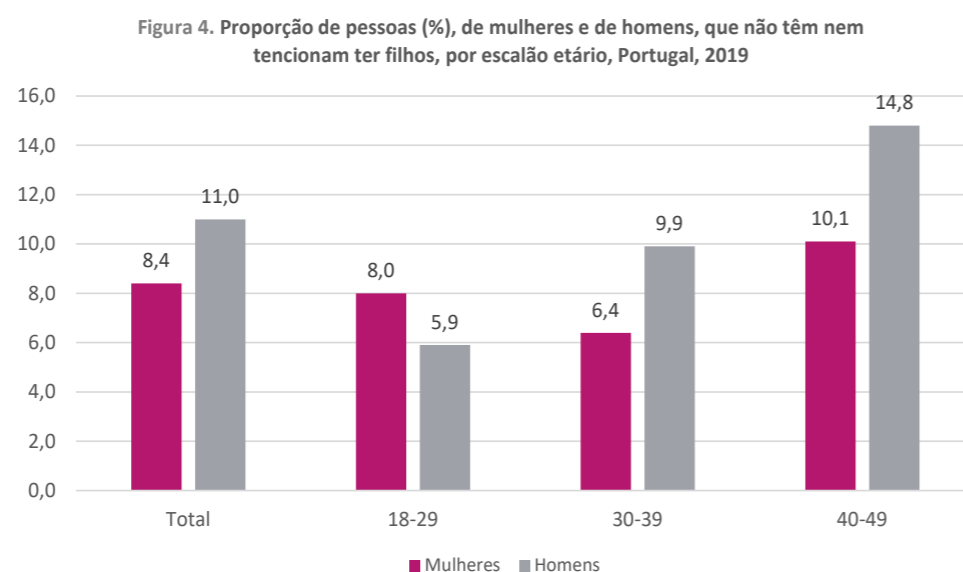
Figura 3.2. Opção ideal para a mãe e para o pai conciliar o trabalho com a vida familiar, por escalão etário (%), Portugal, 2019 - Homens



Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade, 2019.

Embora se tenha verificado uma certa sintonia de opiniões entre homens e mulheres, acerca de como a mãe e o pai devem conciliar o trabalho com a família, entre as gerações mais novas e as mais velhas observaram-se diferenças interessantes. Por exemplo, são os mais jovens que apresentaram maiores percentagens de respostas a considerarem que as mães devem trabalhar ‘a tempo inteiro fora de casa’ e menores percentagens de respostas sobre a possibilidade de as mães não deverem trabalhar; para os pais, os mais jovens também se revelaram mais favoráveis (do que os mais velhos) para a situação de os pais trabalharem a ‘tempo parcial a partir de casa’ e menos favoráveis para a situação de os pais trabalharem a ‘tempo inteiro fora de casa’.

Acresce, ainda, que a maior convergência nas gerações mais jovens, quer em termos de papéis quer de expectativas entre mulher-mãe e homem-pai, relativa às tarefas relacionadas com ‘o cuidar dos filhos’ e com a ‘conciliação trabalho-família’, não foram necessariamente inibidoras da vontade de os jovens homens serem pais, pois se globalmente são eles que não tencionavam ter (mais) filhos, nas gerações mais jovens, observou-se precisamente o contrário (Figura 4).



Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade, 2019.

2.2 A VONTADE DE TER UM FILHO

Em Portugal, a maioria das pessoas no período fértil, mulheres (91,6%) e homens (89,0%), tinha ou queria ter pelo menos um filho biológico. O que está em causa não é, portanto, o projecto de parentalidade.

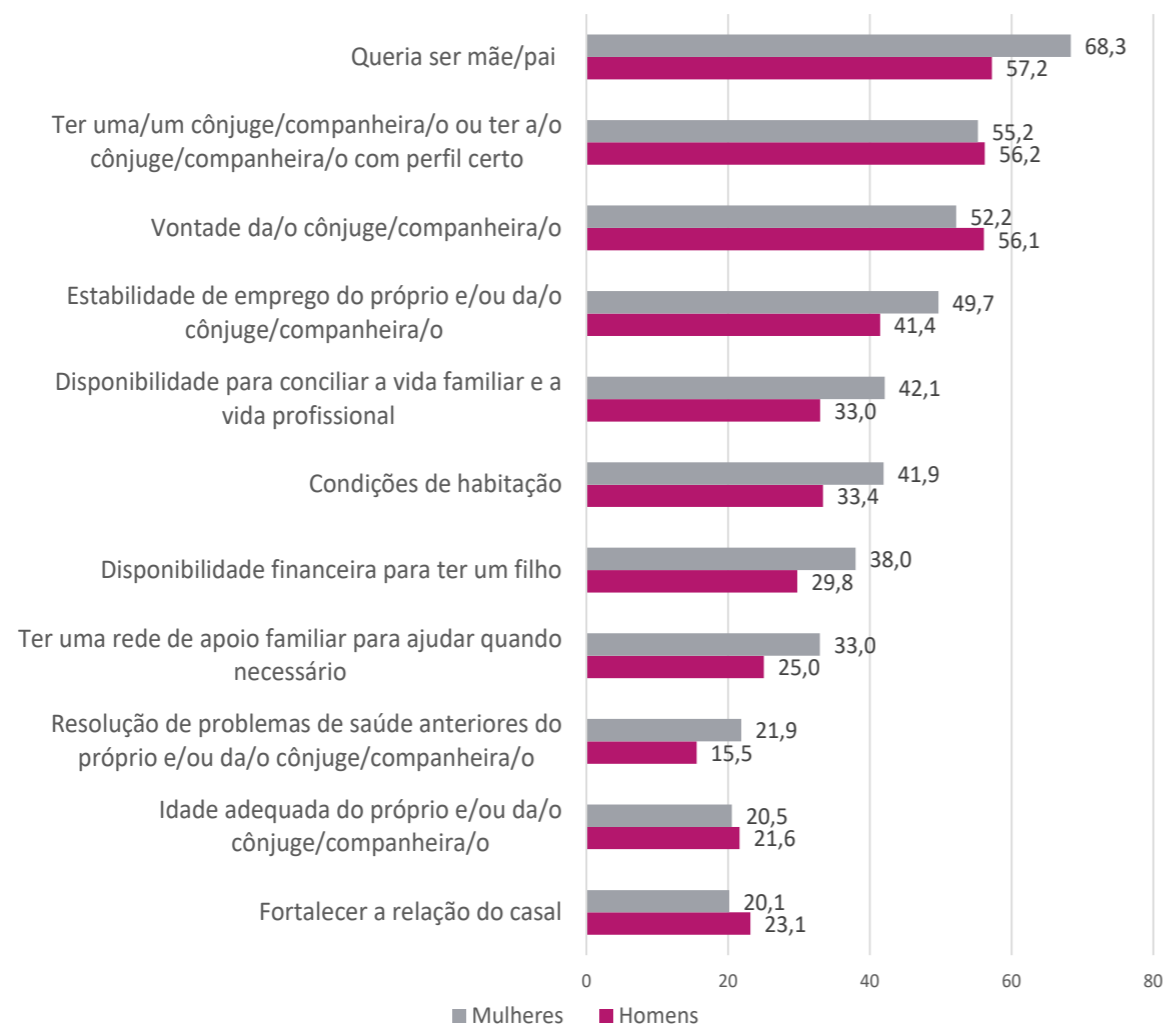
Contudo, mais de metade dos nascimentos em Portugal eram, para as mães, primeiros filhos e a maioria das pessoas no período fértil (80,2% das mulheres e 84,5% dos homens) que declarou, no IFEC 2019, ainda querer ter filhos, não tinha algum. Assim, falar de parentalidade significa cada vez mais falar a “primoparentalidade”. Por outro lado, a parentalidade está cada vez mais associada ao adiamento dos nascimentos (*tempo*). Com efeito, a idade média das mães ao nascimento do 1º filho é cada vez mais alta, em Portugal. Em 2019, foi de 30,5 anos, mais 5 anos do que em meados da década de 90 do século passado. O adiamento do projecto de parentalidade ressaltou, ainda, de forma bem evidente dos resultados do IFEC 2019, pois a maioria dos homens (58,5%) e quase metade das mulheres (45,1%) tiveram o primeiro filho mais tarde do que desejavam, com um prazo de concretização dessa ambição algo dilatado para muitos. Na realidade, considerando apenas as pessoas que tiveram o primeiro filho mais tarde do que desejavam, constata-se que, segundo o IFEC 2019, esse adiamento foi, para uma parcela considerável de mulheres (36,0%) e de homens (47,7%), de pelo menos cinco anos.

O ter filhos cada vez mais tarde constitui uma tendência fundamental das últimas décadas e está estreitamente associado à menor fecundidade das populações (Bongaards e Feneey, 1998; Sobotka, 2004, Sobotka, 2017), pois parte dos nascimentos adiados não são efetivamente recuperados. O aumento da idade com que os jovens saem de casa dos pais e da conseqüente idade aquando da primeira coabitação, o prolongamento dos percursos escolares com o conseqüente retardar da entrada na vida activa (Mendes et al, 2016) ou razões circunstanciais ou de oportunidade, tais como a segurança no emprego e a estabilidade profissional, são factores que concorrem para esse adiamento de início da parentalidade. Mas a vontade de ter um filho é um elemento também importante a considerar, a qual pode estar associada ou não aos percursos de vida e às circunstâncias vividas em cada momento.

O TER FILHOS CADA VEZ MAIS TARDE CONSTITUI UMA TENDÊNCIA FUNDAMENTAL DAS ÚLTIMAS DÉCADAS E ESTÁ ESTREITAMENTE ASSOCIADO À MENOR FECUNDIDADE DAS POPULAÇÕES. POIS PARTE DOS NASCIMENTOS ADIADOS NÃO SÃO EFETIVAMENTE RECUPERADOS

Sobre os motivos que justificam a decisão de ter tido o primeiro filho na altura que teve, 'queria ser mãe/pai', muito em especial no caso das mulheres, surgiu como a primeira razão considerada como muito importante (Figura 5).

Figura 5. Motivos considerados como 'muito importantes' (%) para a decisão de ter tido o primeiro filho (planeado) na altura em que o teve, mulheres (18-49 anos) e homens (18-54 anos), Portugal, 2019

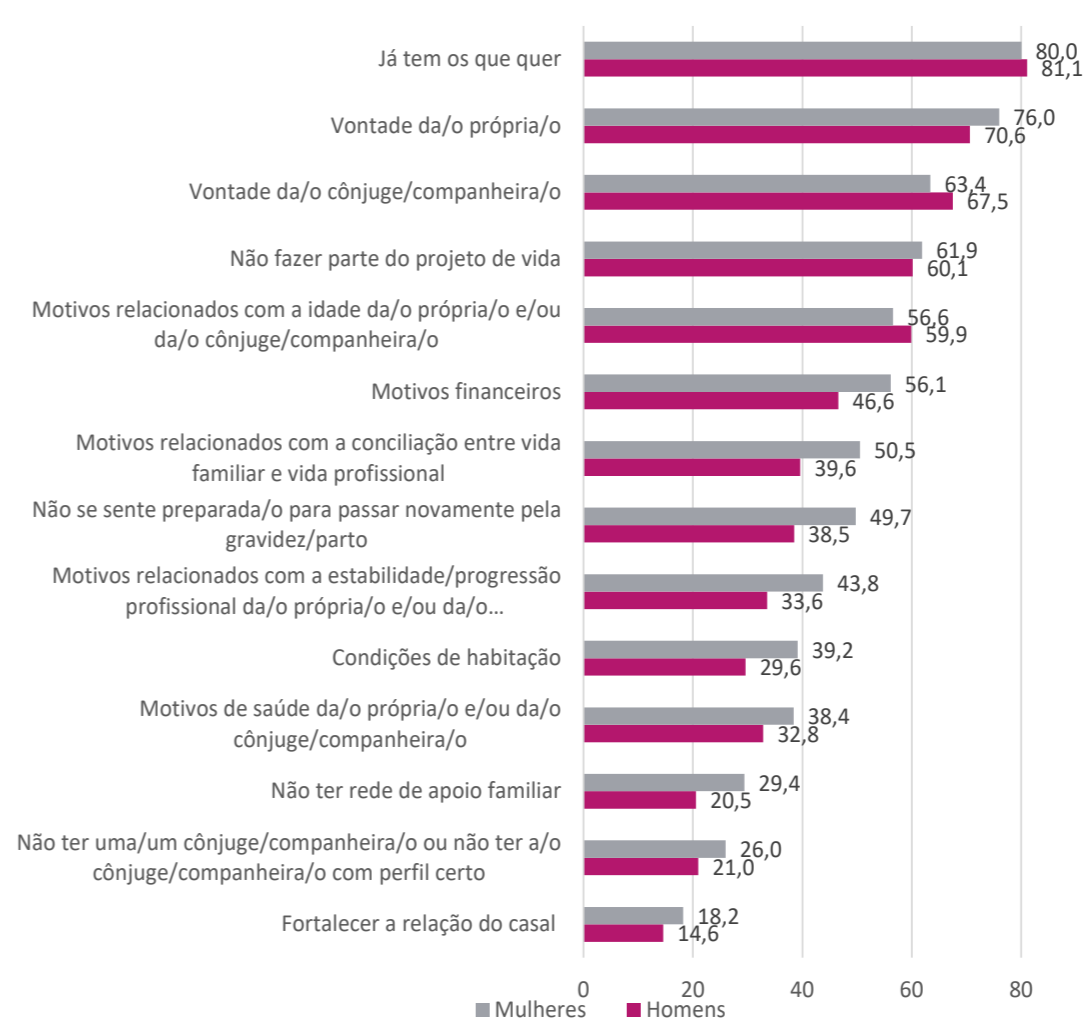


Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade, 2019.

Relativamente, ainda, às pessoas que tinham filhos e à pergunta sobre os motivos para não quererem ter mais filhos, também não foram as razões financeiras ou de trabalho que obtiveram mais respostas como motivos considerados como 'muito importantes' ou 'importantes', mas sim: 'já tem os que quer' (80,0% das mulheres e 81,1% dos homens referiram-no) ou a 'vontade do(a) próprio(a)' (referido por 76,0% das mulheres e 70,6% dos homens) (Figura 6).

Em suma, ficou evidente, nos resultados do IFEC 2019, a importância da vontade na decisão de ter ou não ter filhos. Mas se, em muitos casos, essa vontade pode jogar no sentido de não se terem filhos ou de não se terem mais filhos, é de admitir que esse

Figura 6. Motivos considerados como 'importantes' ou 'muito importantes' (%) para a decisão de não ter mais filhos por pessoas que já têm filhos e/ou existia uma gravidez, mulheres (18-49 anos) e homens (18-54 anos), Portugal, 2019



Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade, 2019.

factor pode também influenciar em sentido contrário, para certos grupos populacionais. Serve de exemplo a população masculina que recorreu a métodos de procriação medicamente assistida (PMA), comportamento revelador de uma vontade expressa de ter um filho. Assim, e não obstante a sua baixa expressão estatística (não chegando, no IFEC 2019, a 3% do total de mulheres ou de homens, no período fértil) observou-se que os homens já próximos do final do período fértil (45-49 anos) revelaram um nível de "fecundidade realizada" (i.e. o número de filhos biológicos tidos) muito superior (de 1,6) na situação de terem recorrido à PMA, por comparação aos que não recorreram à PMA (de 1,23).

3. OS MOTIVOS PARA TER OU NÃO TER FILHOS: DA “VONTADE” AOS “CONSTRANGIMENTOS SOCIOECONÓMICOS”

O(s) percursos de (in)fecundidade são desenhados entre o que se quer (“vontade”) e o que se pode (“constrangimentos socioeconómicos”).

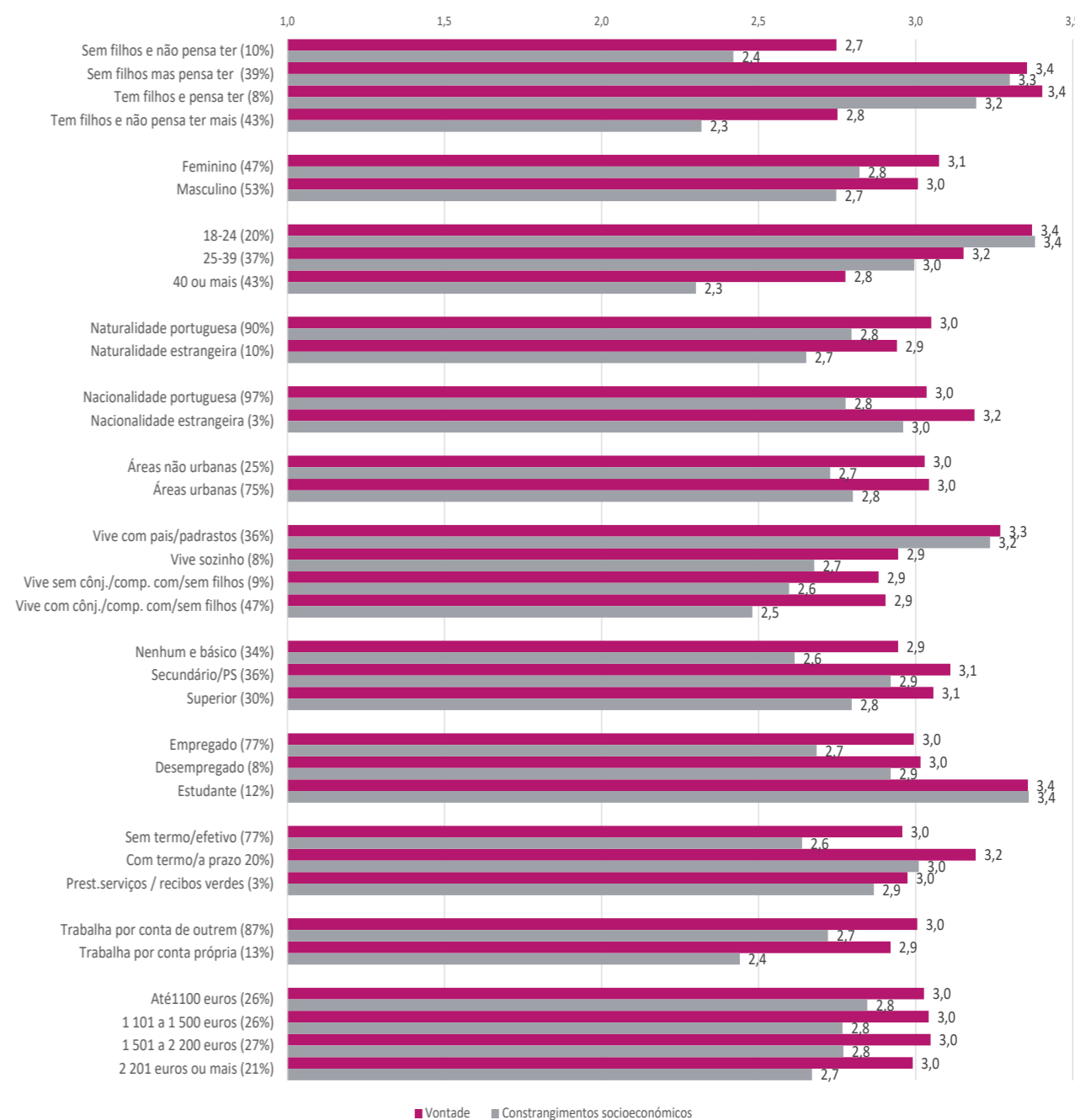
Na análise dos resultados do IFEC 2019, procurou-se distinguir essas duas dimensões, considerando dois grupos de motivações para ter ou não ter filhos. A dimensão “vontade”, que inclui, como motivos, a ‘vontade do próprio’, a ‘vontade do cônjuge/companheiro’, ‘fazer parte do projeto de vida’ e ‘sentir-se preparado para a gravidez/parto’; a dimensão “constrangimentos socioeconómicos”, que inclui, como argumentos, os ‘motivos financeiros’, a ‘estabilidade/progressão profissional’, a ‘conciliação família/trabalho’ e as ‘condições de habitação’. Para cada dimensão – “vontade” e “constrangimentos socioeconómicos” – foram calculadas as respectivas médias a partir da importância atribuída pelos indivíduos aos diversos motivos. Os resultados obtidos variaram entre 1 (nada importante) e 4 (muito importante).

3.1 A “VONTADE”: O GRANDE MOTIVO PARA TER OU NÃO TER FILHOS

Na maioria das situações, a importância atribuída à “vontade” e aos “constrangimentos socioeconómicos” foi muito expressiva: os valores médios tendem a situar-se acima do ponto médio (2,5) da escala de importância, para a maioria da população, quaisquer que sejam as suas características sociodemográficas (Figura 7).

Foram poucas as exceções – isto é, valores médios inferiores a 2,5 – e só se verificaram na dimensão “constrangimentos socioeconómicos” para algumas situações particulares: quem não tinha nem pensava ter filhos, quem já tinha filhos e não queria ter mais, quem tinha 40 ou mais anos, quem vivia com o cônjuge e quem trabalhava por conta própria.

Figura 7. Importância (em valor médio) da 'Vontade' e dos 'Constrangimentos Socioeconómicos', Portugal, 2019



Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade, 2019.

Nota: As percentagens em parêntesis, em cada categoria, representam a proporção de cada grupo no universo. A soma destas percentagens nem sempre corresponde a 100%, porque se omitiram categorias com importância residual.

Observou-se, ainda, que quem atribuiu mais importância à “vontade” tinha também tendência a atribuir mais importância aos “constrangimentos socioeconómicos”: a correlação entre o grau de importância concedido a estas duas dimensões foi positiva e de 0,48.

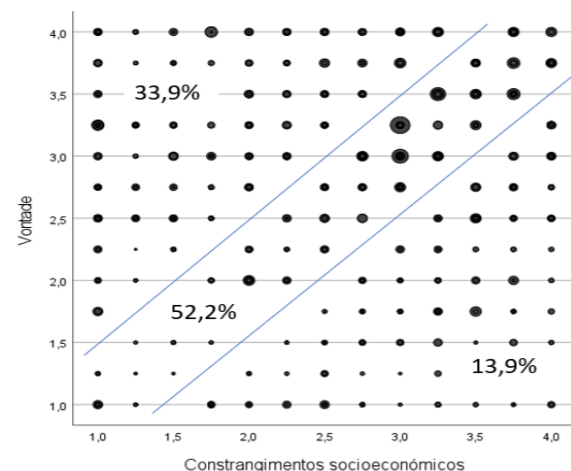
A “VONTADE” DESTACOU-SE COMO O FACTOR MAIS SIGNIFICATIVO NA DECISÃO DE TER OU DE NÃO TER FILHOS, EMBORA NEM TODAS AS DECISÕES OU OPÇÕES DE PARENTALIDADE SE ESGOTEM NESTA DIMENSÃO

Contudo, embora a “vontade” e os “constrangimentos socioeconómicos” não se oponham, não tiveram necessariamente igual importância para todos (Figura 8)⁸. Na realidade, 33,9% dos inquiridos sobrevalorizou a “vontade” face aos “constrangimentos socioeconómicos”, mas esta sobrevalorização da “vontade” foi mais frequente em algumas situações⁹. A idade mais avançada, a estabilidade conjugal e o facto de os indivíduos não pensarem ter filhos parecem, portanto, potenciar o factor “vontade” (Figura 9). Na realidade, foram os mais velhos quem, mais frequentemente, deu mais importância à “vontade” (48,2% dos que têm 40 ou mais anos); quem vivia numa situação de conjugalidade (44,4%); quem tinha filhos e não pensava ter mais no futuro (46,9%) e quem não tendo filhos também não os pensava ter (40,0%).

3.2 A “VONTADE” NÃO É TUDO

No inquérito à fecundidade (IFEC 2019), a “vontade” destacou-se como o factor mais significativo na decisão de ter ou de não ter filhos, embora nem todas as decisões ou opções de parentalidade de se esgotem nessa dimensão. Na realidade, a “vontade” foi mais importante para 33,9% dos indivíduos, teve a mesma importância que os “constrangimentos socioeconómicos” para 52,2% e, por último, foi menos importante para 13,9% das pessoas (Figura 8).

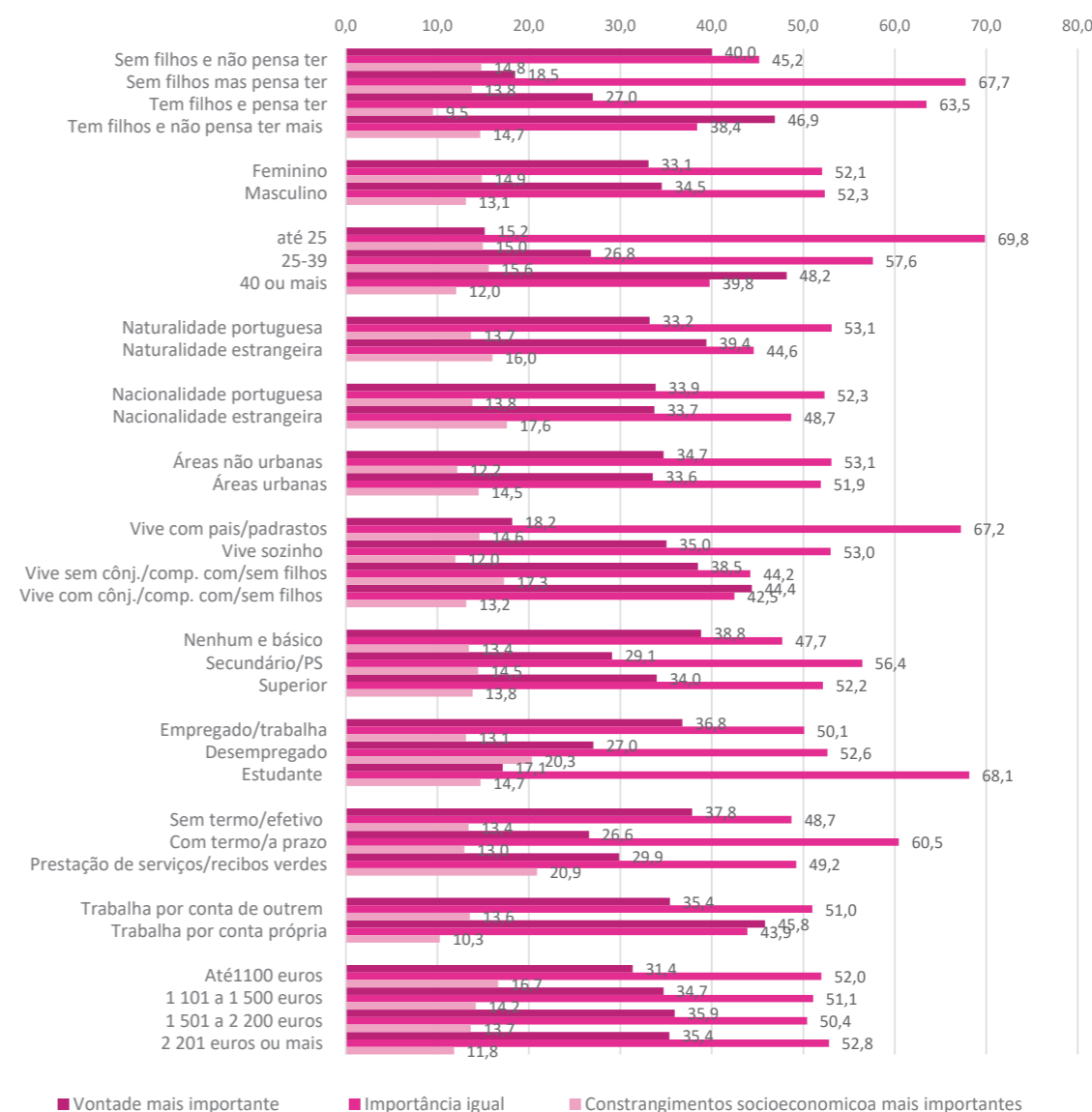
Figura 8. Distribuição dos indivíduos (%) segundo a importância da “vontade” e dos “constrangimentos socioeconómicos”



Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade, 2019.
Nota: a dimensão dos pontos é proporcional ao número de pessoas em cada situação.

8 A importância da “vontade” e dos “constrangimentos socioeconómicos” variam entre 1 e 4. Se as diferenças (em valor absoluto) forem menores que 0,25 considerou-se que a importância era igual; se as diferenças forem iguais ou superiores a 0,75 considerou-se que a importância de um dos factores (“vontade” ou “constrangimentos socioeconómicos”) era superior à de outra; os casos de diferenças iguais a 0,5 foram excluídos destes perfis.
9 A associação entre as três situações possíveis (maior valorização da “vontade”, maior valorização dos “constrangimentos socioeconómicos”, ou igual valorização) e as categorias sociodemográficas baseou-se na análise conjunta do Qui Quadrado, do V de Cramer e dos resíduos *standartizados* ajustados.

Figura 9. Distribuição dos indivíduos(%) segundo a dimensão mais importante, Portugal, 2019



Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade, 2019.

Quanto às situações em que a valorização igual da “vontade” e dos “constrangimentos socioeconómicos”, aconteceu mais frequentemente¹⁰ são de realçar os mais jovens (nas idades até aos 25 anos, 69,8% dão igual importância) ou ainda não chegaram aos 40 anos (57,6%); os estudantes(68,1%); quem tencionava ter filhos, não os tendo (67,7%) ou já os tendo (63,5%); e quem vivia com pais ou padrastos (67,2%) (Figura 9).

Sobre as pessoas que atribuíram mais importância aos “constrangimentos socioeconómicos” do que à “vontade”, o grupo menos expressivo (correspondeu a apenas em 13,9% dos casos), há uma situação que assumiu particular significado: a de estar desempregada (20,3%)¹¹ (Figura 9).

10 Ver nota 9.

11 Ver nota 9.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade de hoje está muito diferente, pelo que situações entendidas como atípicas no passado, quando se falava de filhos, estão a naturalizar-se. É o caso de a parentalidade pressupor cada vez menos a existência prévia de um casamento formal – a maioria dos nascimentos em Portugal nascem fora do casamento (56,8% em 2019) – ou de a existência de poucos filhos, ou nenhum, já não ser sinónimo, em especial para as mulheres, de infertilidade (não o conseguir), mas também de uma manifestação de desejo de não querer ser mãe. Daqui emerge um novo referencial social, o qual se desenha de forma cada vez mais nítida, em que a parentalidade deixa de ser um assunto de interesse eminentemente feminino¹², no qual as ambições das mulheres e dos homens sobre ter filhos vão convergindo e em que, nas decisões de parentalidade, a vontade se destaca em relação às circunstâncias/dificuldades vividas no momento.

Através dos resultados do IFEC 2019 percebemos que a decisão de ter ou não ter filhos não é tanto uma questão de mulheres ou de homens, de baixos ou de altos rendimentos, de se residir ou não em áreas urbanas, de se ter nascido em Portugal ou no estrangeiro, de se ter a nacionalidade portuguesa ou outra, de se ser mais ou menos escolarizado, de se trabalhar por conta própria ou por conta de outrem. A decisão de parentalidade é, acima de tudo, uma questão de vontade.

A vontade revelou-se como o factor mais determinante em Portugal, tanto para mulheres como para homens (no período fértil), na decisão de ter ou não ter filhos. Mesmo sabendo que a vontade não deixa de ser também afectada pelo meio ou circunstâncias vividas, tais constrangimentos externos têm os seus limites na compreensão dos comportamentos ou das opções de querer ou não ter filhos.

A vontade, maioritariamente inclinada para não ter filhos (pois 43,0% das pessoas não pensavam ter mais filhos para além dos que já tinham e 9,9% não tinham nem pensavam vir a ter filhos) não significa, contudo, que ela seja efectivamente concretizada no caso de quem pretende ter filhos (grupo maioritariamente integrado por pessoas que ainda não os têm e por mais jovens). O IFEC 2019 revelou que, em Portugal, a fecundidade realizada ficou muito aquém da fecundidade desejada: 51,3% das mulheres (com 40 ou mais anos) e 48,0% dos homens (com 50 ou mais anos) tiveram menos filhos do que desejavam.

Embora o grande factor que emerge desta análise, sobre as motivações para ter ou não filhos, seja iminentemente individual,

o papel das políticas públicas, não é negligenciável. Não só para as pessoas que querem ter filhos, mas também para as pessoas que não querem (atendendo a que a expressão dessa vontade pode, em muitos casos, ser apenas temporária) as políticas públicas podem fazer alguma diferença, no sentido da redução, quer de incertezas, nomeadamente perante o mercado de trabalho, quer dos desequilíbrios de papéis e expectativas entre homens e mulheres, tanto no exercício da actividade profissional como na parentalidade.

¹² Por exemplo, enquanto em 1980 o Inquérito Português à Fecundidade (INE) só considerou as mulheres, actualmente, embora ainda de forma desigual, os estudos sobre a fecundidade que incluem os homens são cada vez mais frequentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDI, L. e Klärner, A. (2014). Social networks and fertility. Demographic Research, vol. 30, art. 22, 641-670.

BONGAARTS J., e Feeney, J. (1998). On the quantum and tempo of fertility. Population and Development Review 24(2), 271–291.

CUNHA, V. (2018). Conciliação da atividade profissional com a vida familiar: Igualdade entre mulheres e homens e natalidade. Desafios Demográficos: a natalidade. Conselho Económico e Social, ed. Almedina, 89-108.

DOEPKE, M. e Kindermann, F. (2018-rev). Bargaining over babies: theory, evidence, and policy implications. National Bureau of Economic Research (WP 22072).

GOTMAN, Anne (2017). Le choix de ne pas avoir d'enfant, ultime libération?. Travail, genre et sociétés, 2017/1 (n° 37), 37- 52.

HIILAMO, Heiki (2019). Why fertility has been declining in Finland after the Global Recession? A theoretical approach. Finnish Yearbook of Population Research, 54, 29-51.

KOHLER, H-P., Billari, F. C. e Ortega, J. A. (2002). The Emergence of Lowest-Low Fertility in Europe During the 1990s. Population and Development Review, 28 (4), 641-680.

SCHNEIDER-MAYERSON, M. e Leong, K. L. (2020). Eco-reproductive concerns in the age of climate change. Climatic Change, 163, 1007–1023. (2020). <https://doi.org/10.1007/s10584-020-02923-y> Springer Nature

MENDES, M. F. (coord), Afonso, A., Maciel, A., Ribeiro, F., Tomé, L., Infante, P. e Freitas, R. (2016). Determinantes da Fecundidade em Portugal, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

ROSA, M.J.V. e Mendes, M.F. (2014). Os sentidos da fecundidade em Portugal". Inquérito à Fecundidade 2013, Instituto Nacional de Estatística, 95 – 109.

SOBOTKA, T. (2004). Is lowest-low fertility in Europe explained by the postponement of childbearing?. Population and Development Review, 30(2), 195-220.

SOBOTKA, T. (2017). Post-transitional fertility: the role of childbearing postponement in fuelling the shift to low and unstable fertility levels, Journal of Biosocial Science, 49(S1), S20-S45.

SOBOTKA, T., Matysiak, A., Brzozowska, Z. (2019). Policy responses to low fertility: How effective are they?. W.P. nº 1, UNFPA

VIGNOLI, D., Guetto, R., Bazzani, G., Pirani, E. e Minello, A. (2020). A reflection on economic uncertainty and fertility in Europe: The Narrative Framework. Genus, vol. 76, doi: 10.1186/s41118-020-00094-3.

WEEKS, J. R. (2008). Population: An introduction to concepts and issues. 10ª ed. WadsworthGroup.

ANEXO A - IMPORTÂNCIA MÉDIA DE CADA UM DOS MOTIVOS, SEGUNDO O SEXO E A SITUAÇÃO NA PARENTALIDADE

	Total	Sexo		Situação de Parentalidade			
		Mulheres	Homens	Sem filhos e não pensa ter	Sem filhos, mas pensa ter	Tem filhos e pensa ter	Tem filhos e não pensa ter
Vontade	3,04	3,07	3,01	2,75	3,35	3,4	2,75
Vontade do próprio	3,3	3,4	3,2	3,2	3,5	3,6	3,1
Fazer parte do projeto de vida	3,1	3,1	3,1	2,9	3,4	3,4	2,8
Sentir-se preparado/a para gravidez/parto	2,7	2,8	2,6	2,4	3	3,2	2,4
Vontade do cônjuge/companheiro	3,1	3	3,1	2,5	3,5	3,4	2,8
Constrangimentos Socioeconómicos	2,78	2,82	2,75	2,42	3,3	3,19	2,32
Financeiros	2,9	3	2,9	2,5	3,4	3,3	2,5
Estabilidade/progressão profissional	2,7	2,8	2,7	2,5	3,3	3,1	2,2
Conciliação entre vida familiar e vida profissional	2,8	2,8	2,7	2,4	3,2	3,2	2,4
Condições de habitação	2,7	2,7	2,7	2,3	3,4	3,1	2,1
Motivos não incluídos nas dimensões anteriores							
Saúde	2,6	2,6	2,6	2,2	3,1	2,7	2,1
Idade do próprio e/ou cônjuge/companheiro	2,6	2,6	2,6	2,2	2,5	2,8	2,7
Ter cônjuge/companheiro ou ter o perfil certo	2,6	2,6	2,7	2,4	3,4	3,4	1,8
Fortalecer a relação do casal	2,2	2,1	2,2	1,8	2,8	2,5	1,7
Ter rede de apoio familiar	2,5	2,6	2,5	2	3,2	3	1,9
Não quer ter um filho único (já tem os que quer)	3,3	3,3	3,2	3,9	3,1	2,9	3,3
Quer ter uma filha ou um filho (só para quem tem)	2,7	2,7	2,7		2,6	2,7	

Fonte: Inquérito à Fecundidade, 2019.

Nota: A importância varia numa escala entre 1 e 4, em que 1 corresponde a nada importante e 4 a muito importante. As médias foram calculadas para todas pessoas com respostas válidas (correspondente a 4.488.171 pessoas).